

TEXTO FINAL APROVADO PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, DE 2003

Altera o art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 – Lei de Ação Civil Pública, para legitimar os Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores para a sua propositura.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:

- I – o Ministério Público;
- II – o Presidente da República;
- III – a Mesa do Senado Federal;
- IV – a Mesa da Câmara dos Deputados;
- V – o Governador de Estado e do Distrito Federal;
- VI – a Mesa das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais;
- VII – o Prefeito de Município;
- VIII – a Defensoria Pública;
- IX – o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e suas seccionais;
- X – a autarquia, empresa pública, fundação, sociedade de economia mista, federal, estadual ou municipal;
- XI – a associação que concomitantemente:
 - a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano, nos termos da Lei Civil;
 - b) inclua entre suas finalidades institucionais a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.” (NR)

Art. 2º O art. 5º da Lei nº 7.347, de 1985, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

“Art. 5º

.....

§ 7º Na hipótese de o parlamentar perder o mandato no curso da ação por ele proposta, será o Ministério Público intimado para assumir a titularidade ativa, sem prejuízo da faculdade de qualquer outro legitimado assumir o pólo ativo da ação.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.